

Pendências na Comarca dos Açores baixaram 17 por cento

Apesar da falta de recursos humanos, o tribunal da Comarca dos Açores conseguiu baixar a pendência processual em 17 por cento ao longo do primeiro trimestre deste ano

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianooriental.pt

O Tribunal Judicial da Comarca dos Açores registou no primeiro semestre deste ano uma diminuição de cerca de 17% dos processos judiciais pendentes, sobretudo nas áreas cível e tutelar.

De 1 janeiro a 30 junho deste ano entraram no sistema 7638 novos processos e foram concluídos no mesmo período 9688, de acordo com as estatísticas oficiais.

Os dados foram apresentados durante uma conferência de imprensa promovida pelo juiz presidente da Comarca dos Açores, Moreira das Neves, que prestou contas pelo trabalho realizado na gestão dos tribunais no arquipélago.

Apesar da falta de recursos humanos, sobretudo oficiais de justiça, foram alcançados os objetivos definidos em quase todos os tribunais. Os únicos tribunais que não atingiram os objetivos foram os de Angra do Heroísmo e Horta, mas o juiz presidente acredita que os resultados vão melhorar, nestes dois tribunais, ao longo do segundo trimestre.

“Os resultados quantitativos alcançados, conjugados com as indicações dadas pelo inquérito de satisfação são um tónico para os que não se desculpam com a estafada ‘falta de meios’, antes se atrevem a participar e a construir”, referiu o juiz Moreira das Neves.

O juiz presidente do tribunal da Comarca dos Açores explicou que o modelo de gestão implementado permitiu “ouvir, diagnosticar, mobilizar, envolver a participação, programar, informar, monitorizar e antecipar problemas”, acrescentando que foram apresentadas propostas de alterações aos órgãos do governo central sobre o que “precisava de se ajustar ou mudar”.

A aplicação destes procedimentos garantiu uma diminuição da pendência dos processos

dos tribunais nos Açores, na área cível, tutelar, penal e laboral.

“Esta performance também está relacionada com uma parceria estratégica do presidente do tribunal com o administrador judiciário. É uma pessoa muito competente e sabedora do funcionamento da secretaria, permitindo uma mobilidade dos oficiais de justiça, que contribuiu para estes resultados. Também foram importantes as parcerias com o Governo Regional e Municípios”, explicou Moreira das Neves, devido à entrada de jovens através de programas ocupacionais que acabaram por serem contratados e ficaram a trabalhar como oficiais de justiça. “Alguns já entraram e outros vão entrar num

Diminuição das pendências está relacionada com gestão aplicada ao longo dos últimos anos

programa nacional de integração dos precários. Quando fizemos esta parceria tínhamos um défice de funcionários brutal, que nos impedia de trabalhar em alguns sítios com normalidade”, constatou.

Também se manteve a aposta de abertura do tribunal para a comunidade, levando grupos de alunos das escolas de vários concelhos e ilhas, para falarem com os juizes e assistirem a julgamentos. “Isto é importante para a formação da cidadania, mas também é importante para o tribunal. Quando recebemos a visita dos jovens também trabalhamos melhor”, frisou o juiz Moreira das Neves.

O juiz presidente aproveitou para anunciar a criação de mais um juízo local criminal em Ponta Delgada, aumento de um para dois juizes na Horta e criação de um tribunal de Família e Menores na Praia da Vitória. ♦



Moreira das Neves apresentou contas do trabalho realizado à frente do tribunal da Comarca dos Açores

Tribunal de Execução de Penas deverá ficar em Vila Franca

O novo Tribunal de Execução de Penas deverá ficar instalado no edifício do Palácio de Justiça em Vila Franca do Campo, a partir de janeiro de 2019.

A proposta para colocar o TEP em Vila Franca do Campo foi apresentada pelo juiz presidente do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores, Moreira das Neves.

“O Ministério da Justiça no primeiro esboço que fez colocou como referência Ponta Delgada, mas sugeri que o tribunal fosse instala-

do em Vila Franca do Campo. Ainda não sei o que vai ser decidido, mas sugeri Vila Franca do Campo, porque não tem de ficar tudo em Ponta Delgada, existem boas instalações em Vila Franca do Campo, e porque é um tribunal onde as pessoas se podem deslocar”, sustentou.

O juiz Moreira das Neves explicou que entre janeiro e setembro de 2019 será colocado um juiz em acumulação de serviço no Tribunal de Execução de Penas que

ficará responsável por acompanhar todos os reclusos dos estabelecimentos prisionais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

“Isto vai melhorar a qualidade do serviço de justiça na fase pós sentença em direito criminal”, afirmou o presidente do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores.

Moreira das Neves explica que este tribunal vai tratar dos processos de liberdade condicional ou autorizações de saídas precárias. ♦ LPS